

## O PERFIL DO ESTUDANTE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS FRENTE AS NOVAS POLÍTICAS SOCIOEDUCACIONAIS E DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Leandro Alves dos Santos (UTFPR), Prof. Dr. Antonio Gonçalves de Oliveira (DAGEE/UTFPR)

Curitiba, Paraná, Brasil

[pj.leandro@gmail.com](mailto:pj.leandro@gmail.com)

**Introdução:** A universidade no Brasil teve seu início tardio. As primeiras iniciativas ocorreram no início do século XIX com a criação das escolas Médicas e Politécnicas na Bahia e Rio de Janeiro em 1910. Era um ensino superior profissionalizante e voltado a atender aos interesses da aristocracia, marcando desta forma o início excludente do ensino superior no país, uma característica que, não obstante posicionamentos divergentes, permanece até os dias atuais. A universidade no Brasil desde então cresceu e se desenvolveu, assumiu sua função como instituições de pesquisa e desenvolvimento do conhecimento, ampliou sua presença em todo o território e expandiu sua capacidade com laboratórios e bibliotecas. As duas últimas décadas marcam o maior período de crescimento da educação superior com a participação de instituições públicas e privadas. As IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), possuíam, em 2002, 148 câmpus no país, saltando para 274 em 2010, distribuídos em 230 municípios. Nesse sentido expansionista, o número de matrículas atingiu o patamar de 1.015.868 em 2013. Este período de expansão marca uma universidade mais conectada com a inclusão social, o acesso a direitos universais e a democratização dos câmpus brasileiros fazendo com que a universidade assumira cada vez mais o rosto multicultural da sociedade e espelhe as contradições sociais e econômicas do e para o país. O REUNI (Programa de Restruturação das Universidades Brasileiras) foi o motor desse período de intenso desenvolvimento, permitindo a inclusão social das camadas mais vulneráveis socioeconomicamente e historicamente excluídas do ensino superior. Mas inclusão sem as condições concertas de permanência, de fato é uma falsa inclusão, pois os estudantes pobres necessitam de políticas públicas de permanência, que vão além do apoio financeiro para tornar possível a conclusão do curso superior. O PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) veio então para atender a esta necessidade de políticas públicas de AE (assistência estudantil), tendo como objetivo promover a permanência do estudante, suprimindo as necessidades por moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, apoio psicopedagógico, inclusão cultural, esportiva e digital, creches e acesso mobilidade. **Objetivo:** Este estudo tem por objetivo identificar o perfil do estudante das IFES frente as políticas de expansão do ensino superior público e de inclusão sócio educacional nas últimas duas décadas. **Metodologia:** O estudo se deu pela análise documental a partir do relatório das pesquisas do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes das IFES realizado pelo FONAPRACE (Fórum Nacional dos Pró-reitores de Assuntos

Comunitários e Estudantil). Como o FONAPRACE reúne somente os Pró-Reitores das IFES os resultados são somente destas universidades e não incluem outros tipos de instituições. Três pesquisas foram realizadas iniciando em 1997 e refeitas em 2004 e 2010. Quatro áreas mais relevantes foram selecionadas para traçar o perfil socioeconômico dos estudantes sendo elas: Classe econômica; Cor/Raça; Tipo de escola de ensino médio; e escolaridade dos pais.

**Resultados:** Estudantes oriundos da classe A passou de 12,6% em 1997 para 15,6% em 2004 e para 15,25% em 2010; enquanto na classe B eram 43,11%, 41,5% e 41% nos mesmo anos. Somando-se as classes C, D e E eram de 44,3% em 1994, passando para 42,8% e 43,67% em 2004 e 2010, respectivamente. Em 1997 não foi analisada a categoria cor/raça. Entre 2004 e 2010 os estudantes autodeclarados Branco representavam 59,4% dos respondentes, reduzindo-se para 53,9% em 2010, já Pretos e Pardos que eram 34,2% em 2004 cresceu a representatividade, passando para 40,8% em 2010. Estudantes que fizeram ensino médio em escolas privadas representaram 54,6%, 52,9% e 49,6% nas três pesquisas, enquanto que a participação dos oriundos de escolas públicas, apresentou crescimento contínuo de 45% para 46,2% e 50,4%, respectivamente nas três pesquisas. Considerando os anos de 1997 e 2010 os filhos de pais analfabetos elevou-se de 2,1% para 2,65%, os filhos de pais com ensino médio elevou-se de 20,3% para 24,5%, enquanto que os estudantes filhos de pais com ensino superior reduziram de 32,2% para 28,4%. A pesquisa de 2004 não analisou a escolaridade dos pais. **Conclusão:** A representatividade dos Estudantes oriundos das classes C, D e E permanece próxima nas três pesquisas, e mostram que mais de 40% dos estudantes possuem alto potencial de demanda por políticas públicas de AE. Considerando que a classe B também pode ser demandante dessas políticas, a porcentagem sobe a 67%. Quanto a cor/raça dos alunos, as IFES ainda se mostram majoritariamente brancas, não obstante a redução de 5,5% de brancos e o aumento de 4,5% de pardos observados nesse período. A população de pretos e pardos nas IFES em 2010 foi de 40,8%, número que mostra a importância das políticas de combate à desigualdade racial tal como a Lei nº12.711/2012, comparando-se tal percentual registrado pelo IBGE no país no último senso, de 50,7%. A quantidade de estudantes nas IFES que cursaram o Ensino Médio em escola pública superou por pequena margem os estudantes de escola privada em 2010, o que não era fato em 2004. Ainda que abaixo dos 87% de estudantes que concluem o Ensino Médio público no país, este número mostra bem os efeitos das políticas de expansão e interiorização das IFES. Na mesma linha inclusiva, a redução de filhos de pais com ensino superior é seguida por aumento de filhos de pais que só concluíram o ensino médio e pais analfabetos. Isso mostra que grupos até então excluídos da universidade estão tendo oportunidades de acesso. Registre-se que as pesquisas realizadas, e que foram objetos deste recorte em resumo, foram a base para criação do PNAES, que se tornou uma política pública de governo com a edição do Decreto nº 7.234/2010 e recebeu R\$ 603 milhões em investimentos em 2013, ainda insuficientes face a demanda, o que demonstra ser ela uma política indispensável para atingir as metas previstas no PNE (Plano Nacional de Ensino) para a inclusão de 33% da população de 18 a 24 anos no ensino superior.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil, Educação, REUNI, PNAES.